



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Comissão de Complexos Portuários, Autarquias,
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista



Itajaí, 07 de Dezembro de 2018.

Ilmo. Sr. Paulo Manoel Vicente

DD Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí

Senhor Presidente,

Por intermédio do presente encaminhamos o Relatório da Audiência Pública realizada nesta casa em 26 de Novembro de 2018, através de proposição da Comissão de Complexos Portuários, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para discussão sobre a possível privatização dos Portos Públicos do Brasil, com foco no Porto de Itajaí.

Ante a relevância do debate e dos temas tratados durante a audiência pública solicitamos que esta Casa Legislativa providencie a publicação do presente relatório em seu site e envie cópia do mesmo para:

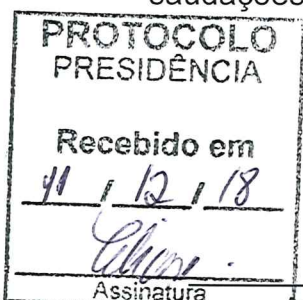
- 1) Superintendência do Porto de Itajaí;
- 2) Município de Itajaí;
- 3) ANTAQ;
- 4) Secretaria Nacional de Portos;
- 5) Ministério dos Transportes;
- 6) Fórum Parlamentar Catarinense;
- 7) ACII – Associação Comercial e Industrial de Itajaí;
- 8) CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas;
- 9) FENOP – Federação Nacional dos Operadores Portuários;
- 10) UNIVALI – Curso de Gestão Portuária;
- 11) FENCCOVIB.



Certos de vossa ação neste sentido, despedimo-nos com as mais cordiais saudações.

(Handwritten signature)
ROBISON COELHO

Presidente da Comissão de Complexos Portuários, Autarquias,
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista





RELATÓRIO AUDIÊNCIA PÚBLICA 26/11/2018

OBJETO: Discussão sobre a Possível Privatização dos Portos Públicos do Brasil, com foco no Porto de Itajaí.

A Audiência Pública para debater os impactos da possível privatização do do Portos Públicos do Brasil, com foco no Porto de Itajaí, foi realizada na noite de 26 de novembro de 2018, no Plenário Arno Cugner, na Câmara de Vereadores de Itajaí, que recebeu cerca de 300 pessoas, entre as quais, agentes políticos, representantes de Classes, de entidades representativa da Sociedade, de Portos públicos e Terminais privados, de entidades de classe, empresários, caminhoneiros, trabalhadores portuários, professores e estudantes, etc.

Compuseram a mesa os parlamentares Robison Coelho (PSDB) e Antônio Aldo da Silva (PP) membros da Comissão de Complexos Portuários, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista da Câmara de Vereadores de Itajaí, o Prefeito de Itajaí Volnei José Morastoni (MDB), o Vice-prefeito de Itajaí Marcelo Almi Sodrê de Souza, o Superintendente do Porto de Itajaí Marcelo Werner Salles, o Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop) Sérgio Paulo Perucci de Aquino, o diretor da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuárias (Feconvib) Rogério Porto Veleda, o Coordenador do Curso de Gestão Portuária da Univali, Manoel Antonio dos Santos, o Senador eleito Esperidião Amin (PP), os Deputados Federais eleitos Fábio Schiochet (PSL) e Hélio Costa (PRB) e os Deputados Estaduais eleitos Ana Paula da Silva (PDT) e Onir Mocelin (PSL).

Handwritten signature and scribble.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Comissão de Complexos Portuários, Autarquias,
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista



A audiência teve como objetivo ouvir de forma isenta e igualitária as explicações técnicas a respeito de notícias vinculadas pela equipe de transição do Novo Governo eleito na imprensa Nacional e Estadual de uma nova diretriz para os setor Portuário nacional, a ser implantada com a possível privatização dos Portos Públicos do país, com foco no Porto de Itajaí os impactos que possam gerar para a economia de Itajaí e de Santa Catarina e, ao final, emitir um posicionamento do que foi definido na reunião pública direcionado ao novo Governo Federal, numa tentativa para que o posicionamento de Itajaí a respeito do tema fosse levado em conta.

O primeiro a ser ouvido foi o Superintendente do Porto de Itajaí, Eng^o Marcelo Werner Salles, que trouxe dados a respeito de como funciona o modelo atual de gestão do Porto Publico de Itajaí, ressaltando a importância deste ente federado, ora descentralizado, para economia catarinense, sua indústria, e que por meio desta infraestrutura portuaria mantida e administrada pelo poder publico na qualidade de Autoridade Portuaria, assegura de forma isonômica, equânime, o uso compartilhado de todas as facilidades seja do uso dos acessos aquaviários para todo o Complexo Portuário, seja na garantia de serviços, no ordenamento jurídico, no apoio e coordenação de todos os entes intervenientes da atividade, seja nas demandas institucionais, no fomento da atividade direta e indireta, no assegurar os investimentos públicos que impulsionam, regulam a cadeia logística que gera empregos em todas as regiões do Estado catarinense. Salles ressaltou que o modelo atual de gestão no Porto Publico de Itajai, é o *LandlordPortl*, que é o mesmo amplamente praticado em todo o mundo, onde os bens permanecem públicos, e a atividade de movimentação de cargas e investimentos de super infraestrutura e quitamentos é exercida pela iniciativa privada. Explicou ainda que com a descentralização ocorrida nos idos de 1995, quando inicialmente houve a descentralização da gestão de forma total e efetiva com total poder de gestão



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Comissão de Complexos Portuários, Autarquias,
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista



autônomo e descentralizado ao município de Itajaí, o Porto público teve seu melhor desempenho de crescimento de movimentação, de investimentos públicos e privados. Porém, com a implementação da Lei 12.815/2013, infelizmente ocorreu novamente a concentração de decisões e gestão em Brasília. Neste sentido, defende o atual modelo, porém como ocorre no mundo todo, as Autoridades Portuárias autônomas, fiscalizadas pelo poder central, mas detendo a gestão de forma descentralizada, competitiva, de forma a assegurar as condições favoráveis e imprescindíveis para garantir a competitividade entre os Portos Públicos e terminais inseridos em sua hinterlândia.

O Complexo Portuário de Itajaí representa 13% do movimento global de carga conteneurizada de todo o Brasil e, desde a municipalização do Porto, a receita de do Município de Itajaí cresceu 1.400%.

Segundo Salles, o Porto de Itajaí representa 66% da balança comercial do Estado e 4% do Brasil, devido ao grande valor agregado da mercadoria movimentada. Isso permitiu o incremento da infraestrutura que garantiu a implantação de outros Terminais Privados (TUPs) na região, diversos estaleiros e indústrias de pesca, graças à garantia de acessibilidade, sinalização, dragagem, os licenciamento ambientais de toda área de jurisdição e administração denominada Porto Organizado, a implantação de diversos programas de monitoramento ambientais e de segurança internacional ISPS-CODE, de base de emergência, de controle de Planos de Ajuda Mútua, dentre outros.

Nos últimos 10 anos, segundo Salles, o Governo Federal investiu um bilhão de reais no Porto Público e, dentro desse período, o Complexo Portuário de Itajaí gerou



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Comissão de Complexos Portuários, Autarquias,
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista



em contrapartida 64 bilhões de dólares em exportações catarinenses, garantindo a geração de empregos em todo o Estado de Santa Catarina.

Para finalizar as explicações, Marcelo Salles defendeu a manutenção da Autoridade Portuária Pública, citando como exemplo a operação de veículos, que iniciou neste ano em Itajaí. A operação, segundo ele, trouxe ganho financeiro para a autoridade portuária ínfimo, enquanto garantiu um retorno “estrondoso” em Imposto Sobre Circulação de Mercadoria (ICMS) para Santa Catarina e em Imposto Sobre Serviços (ISS) para Itajaí.

Suplicou por mais agilidade administrativa, para garantir investimentos e citou como exemplo a lentidão para a prorrogação do contrato com a arrendatária que se arrasta há seis anos e impede investimentos de mais de R\$ 200 milhões.

Salles defende que a autoridade portuária seja mantida de forma pública e por isso obedeça o regramento do direito público, ou seja que a Autoridade Portuaria tem como obrigações, entre elas a manutenção das infraestrutura publicas, porem que a atividade exercida pela iniciativa privada, mediante a locação dos espaços públicos (arrendamento) realizada pelos operadores portuários privados e ou pelos arrendatários, que exercem as obrigações de movimentação de mercadorias e investimentos privados que seus contratos sejam enquadrados perante os órgãos de controle como de exploração comercial e portanto obedeçam o direito comercial, como é feito no mundo inteiro, trazendo segurança ao capital privado, e desburocratizando a atividade, e porquanto vindo de encontro ao anseio comunitário pela geração de riqueza e trabalho.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Comissão de Complexos Portuários, Autarquias,
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista



A segunda explanação da noite foi feita pelo Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop) Sérgio Paulo Perucci de Aquino que trouxe um panorama geral do mercado portuário nacional e internacional. Segundo ele, o Brasil está conseguindo manter a sua situação econômica equilibrada única e exclusivamente pelos resultados obtidos pela balança comercial, cujo desempenho depende de 95% do sistema portuário.

Aquino destacou a importância da manutenção dos portos públicos, apontando o modelo *Landlord* como o melhor modelo para o setor. Apresentou estatísticas da Antaq de 2017 que mostraram que a maior parcela das cargas é movimentada no país através dos Portos Públicos e que os terminais privados (TUPs) são vitoriosos no ranking apenas em cargas que têm processos logísticos próprios, como minério de ferro, por exemplo.

O palestrante destacou os problemas gerados pelas mudanças nas leis realizadas em 2013 que prejudicaram sobremaneira o setor no Brasil. Naquele mesmo ano, enquanto o Brasil retrocedia através de mudanças de legislação, a comunidade europeia lançava um estudo sobre a importância dos portos, a necessidade de modernização, de administrações mais ágeis, sem defender em nenhum momento a privatização dos terminais. A tendência global, principalmente das maiores potências capitalistas, é para que os Portos continuem de propriedade pública, porém com gestão cada vez mais seguindo padrões privados na exploração comercial, ou seja, o sistema *LandlordPort*.

Sérgio afirmou que enquanto o mundo todo caminha em direção ao fortalecimento do modelo *LandlordPort*, o Brasil implantou um modelo único de concorrência desleal entre porto privado e porto de controle público, depreciado



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Comissão de Complexos Portuários, Autarquias,
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista



pela lei atual. Além da lei inadequada, a negativa influência político partidária nas administrações portuárias e nas agências reguladoras têm sido os principais problemas do setor portuário brasileiro, segundo os dados explanados pelo diretor-presidente da Fenop. Para o representante dos operadores portuários, é imperioso recuperar o CAP para que atue de forma deliberativa.

O terceiro a palestrar foi o diretor da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuárias (Feconvib) Rogério Porto Veleda, que trouxe dados referentes aos trabalhadores portuários e os problemas de concorrência desleal entre os portos públicos e privados, em decorrência das mudanças na legislação.

Já o coordenador do curso de Gestão Portuária da Univali, Manoel Antonio dos Santos, usou a palavra para corroborar com as explicações anteriores. Defendeu a modificação do Conselho de Autoridade Portuária, para que volte a ser deliberativo e defendeu que a autoridade portuária seja pública, mas que tenha um modelo facilitador para que tenha autonomia para gerar negócios.

DEBATE AMPLO E DEMOCRÁTICO

Após este momento foi aberta oportunidade para as pessoas que acompanhavam a audiência realizarem questionamentos. As perguntas, em sua grande maioria, abordaram os problemas causados pelas mudanças na legislação e a falta de atuação do CAP.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Comissão de Complexos Portuários, Autarquias,
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista



O presidente do Sindicato dos Estivadores de Itajaí Saul Airoso utilizou a palavra para ponderar que a proposta de privatização, pela primeira vez, assustou até mesmo os empresários. Outros questionamentos foram feitos. No entanto, não houve nenhuma manifestação do público ou dos convidados a compor à mesa favorável a total privatização do Porto de Itajaí.

Pelo contrário, todos os integrantes da mesa, principalmente os agentes políticos eleitos se comprometeram publicamente a lutar para que o Porto continue municipalizado, com a autoridade portuária pública e exploração comercial privada, ressaltando que esta forma é melhor não apenas para a economia de Itajaí, mas também para a economia de Santa Catarina. Todos defenderam o fortalecimento da autonomia conquistada pelo Porto de Itajaí, municipalizado desde 1997.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao final da Audiência os membros da mesa fizeram suas considerações finais sobre o debate e os assuntos abordados na noite. O prefeito municipal sugeriu a criação de uma comissão aberta e ampla, à qual se buscava inclusive o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e do Governo do Estado, para reivindicar junto ao governo federal as propostas amplamente defendidas durante o debate.

Notou-se que os representantes do setor empresarial, dos trabalhadores, da superintendência portuária e os agentes políticos foram unânimes na defesa do aprimoramento do modelo atual de gestão do Porto de Itajaí, denominado de *LandlordPort*.

Handwritten signature in blue ink.



PARECER AUDIÊNCIA PÚBLICA

A audiência terminou com a proposta de formar uma comissão, e enviar um manifesto à Presidência da República contendo sugestões para a gestão portuária.

O entendimento desta comissão é de que a legislação precisa ser revista com urgência e que o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) precisa voltar a ser deliberativo. Além disso é imprescindível para a economia de Itajaí e de Santa Catarina que a autoridade portuária continue sendo pública com a concessão de exploração comercial privada, como ocorre atualmente.

A Comissão de Complexos Portuários, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista da Câmara de Vereadores de Itajaí defende ainda a renovação do contrato de delegação firmado com o município de Itajaí, para que o Porto continue municipalizado, além da prorrogação do contrato com a arrendatária atual. Tais medidas garantiriam investimentos de mais de R\$ 200 milhões de reais, aumentando a competitividade do terminal portuário itajaiense, o incremento da economia, através da geração de emprego e renda em todo o estado catarinense.

Por fim a Comissão sugere a criação de uma nova comissão aberta com a participação de representantes do Município, do Porto, dos Trabalhadores, Usuários



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Comissão de Complexos Portuários, Autarquias,
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista



e Empresários locais e catarinenses para que defendam junto ao Governo Federal as pautas debatidas na Audiência Pública realizada em Itajaí.

Itajaí, 03 de Dezembro de 2018.


ROBISON COELHO
Vereador PSDB


ANTONIO ALDO DA SILVA
Vereador PP


EDUARDO ILTO GOMES
Vereador PRP